



Governo Municipal  
**ANTAS**  
Nossa terra, nosso orgulho

**PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 005/2025**

**CONTRATANTE (SECRETARIA DE SAÚDE)**

**OBJETO**

Registro de preços para eventual aquisição de material penso e insumo para atender a Secretaria Municipal de Saúde do Município de Antas, conforme especificações constantes no Termo de Referência.

**VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO**  
**R\$ 966.934,27**

**DATA DA SESSÃO PÚBLICA**  
**DIA 28/03/2025 ÀS 09:00**

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**  
Menor preço/global

**MODO DE DISPUTA:**  
Aberto

**PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS**  
**NÃO**



## Sumário

1. DO OBJETO .....	3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS .....	3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO .....	3
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO .....	4
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA .....	5
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .....	6
7. DA FASE DE JULGAMENTO .....	9
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO .....	10
9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS .....	10
10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA .....	11
11. DOS RECURSOS .....	14
12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES .....	15
13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO .....	17
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS .....	17



**EDITAL SRP Nº 005/2025**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2025**

Processo Administrativo nº 099/2025

Torna-se público para conhecimento dos interessados, que o Município de Antas/BA, através do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, inscrita no CNPJ nº **11.454.934/0001-10**, situada a **RUA JOÃO NILO, S/Nº, TÉRREO, CENTRO, ANTAS/BA**, CEP: **48.420-000**, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do Decreto nº 009, de 02 de fevereiro de 2024, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

**1. DO OBJETO**

1.1 O objeto da presente licitação é a Elaboração de Registro de Preços para eventual aquisição de material penso e insumo para atender a Secretaria Municipal de Saúde do Município de Antas, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2 A licitação será realizada em único lote, conforme tabela constante do Termo de Referência.

**2. DO REGISTRO DE PREÇOS**

2.1 As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

**3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

3.1 Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação.

3.2 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sistema [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br) e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.6 Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.6.2 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.3 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.4 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.5 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.6 agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.7 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.6.8 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

#### 4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico ([www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br)), a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.2 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.2.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.2.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

4.2.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.3 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4 O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.5 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

4.6 A falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.7 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.8 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

4.9 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.10 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema ([www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br)), (34) 3014-6633 qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## 5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br), dos seguintes campos:

5.1.1 *Valor unitário e total*

5.1.2 *Marca*

5.1.3 *Fabricante*

5.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3 O licitante não poderá oferecer proposta em quantidade inferior ao previsto para contratação.

5.4 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.5 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

*5.6 Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.*

5.7 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8 O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

## 6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1 A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5 O lance deverá ser ofertado pelo valor do lote

6.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7 O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **de R\$0,01 (Um centavo de real)**.

6.9 O licitante poderá excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

- 6.10 Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.11 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.12 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.13 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.14 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.15 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.16 Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.17 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.18 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.19 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.20 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.21 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.22 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#).
- 6.23 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.



6.24 A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.25 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.26 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.27 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.28 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

6.28.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.28.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.28.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.29 desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.30 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.30.1 empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.30.2 empresas brasileiras;

6.30.3 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.31 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.32 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.33 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for

desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.34 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.35 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.36 O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.37 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.38 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 3 deste edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1 Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>);

7.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

7.3 Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.4 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.5 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.6 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.7 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.

7.8 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.



7.9 Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.9.1 conter vícios insanáveis;

7.9.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.9.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.9.4 não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.10 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.11 No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.12 A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.12.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.12.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.13 Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.14 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.15 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.16 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

## 8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1 Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#). A qualificação exigida se dará da seguinte forma:

I - jurídica;

II - técnica;

III - fiscal, social e trabalhista;

IV - econômico-financeira.

8.2 A habilitação jurídica será aferida mediante a verificação dos seguintes requisitos:

8.2.1 Registro Comercial, no caso de empresa individual;

8.2.2 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado ou inscrito, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

8.2.3 Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

8.2.4 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.3 As habilitações fiscal, social e trabalhista serão aferidas mediante a verificação dos seguintes requisitos:

8.3.1. a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

8.3.2. a inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.3.3. a regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.3.4. a regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

8.3.5. a regularidade perante a Justiça do Trabalho;

8.3.6. o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

8.4 Atestado de Capacidade Técnica da Empresa, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a execução satisfatória do objeto da presente licitação, observando-se que tal (is) atestado(s) não seja(m) emitido(s) pela própria empresa ou por empresa do mesmo grupo empresarial. O atestado deverá conter as seguintes informações:

8.4.1 Nome, CNPJ e endereço completo do emitente;

8.4.2 Descrição do produto fornecido ou serviço prestado;

8.4.3 Nome da empresa que prestou(s) o(s) serviço (s);

8.4.4 Data de emissão;

8.4.5 Assinatura e identificação do signatário (nome e cargo ou função que exerce junto à emitente)

8.5.6 Não serão aceitos protocolos de pedidos ou solicitações de documentos, em substituição aos documentos requeridos no presente Edital.

8.6 A habilitação econômico-financeira visa a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, devendo ser comprovada de forma objetiva,

por coeficientes e índices econômicos previstos no edital, devidamente justificados no processo licitatório, e será restrita à apresentação da seguinte documentação:

8.6.1 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

8.6.2 Com base nos dados constantes no Balanço Patrimonial, deverá ser feito o cálculo dos seguintes índices, os quais deverão estar devidamente aplicados em memorial de cálculos, e apresentados juntamente com Balanço Patrimonial devidamente assinado por Contador credenciado no Conselho Regional de Contabilidade e pelo titular da empresa ou seu representante legal:

a) Comprovar o Índice de Liquidez Geral (ILG), igual ou superior a 1,0 (um), obtido a partir de dados do Balanço Anual, através da seguinte fórmula:

$$\text{ILG} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE}}$$

b) Comprovar o Índice de Liquidez Corrente (ILC), igual ou superior a 1,0 (um), obtido a partir de dados do Balanço anual, através da seguinte fórmula:

$$\text{ILC} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

c) Comprovar o Grau de Endividamento Geral (GEG), igual ou inferior a 1 (um), obtido a partir de dados do balanço, através da seguinte fórmula:

$$\text{GEG} = \frac{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE}}{\text{ATIVO TOTAL}}$$

d) Comprovar o Grau de Endividamento Corrente (GEC), igual ou inferior a 1 (um), obtido a partir de dados do balanço, através da seguinte fórmula:

$$\text{GEC} = \frac{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}{\text{PATRIMÔNIO LÍQUIDO} + \text{RESULTADO EXERCÍCIO FUTURO}}$$

8.6.3 Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

8.6.4 Justificam-se as exigências acima mencionadas, inicialmente, de modo a se avaliar a real situação financeira das empresas licitantes, com o objetivo de verificar a capacidade de satisfação das obrigações assumidas, além da capacidade de cumprimento dos encargos econômicos decorrentes da contratação, considerado o prazo de duração da mesma.

8.6.5 Com relação aos índices exigidos e respectivos valores, cabe ressaltar tratar-se do mínimo usualmente estabelecido, fixados em patamares que demonstram tanto a liquidez corrente quanto a geral da empresa, além de sua capacidade de solvência, condições essas que asseguram à Administração Municipal a plena execução do objeto contratado.

8.6.6 Nesse sentido, faz-se necessária remissão a jurisprudência do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo em especial os TCs 011286/026/08 e 023220/026/06; bem como Acórdãos do Tribunal de Contas da União nº 779/2005 – Plenário e nº 354/2016 – TCU – Plenário. Verifica-se,

portanto, que a previsão aqui inserida, coaduna-se com o previsto na Lei, com as práticas usuais e com a Jurisprudência emanada dos Tribunais de Contas do Estado e União.

8.7 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia autenticada ou por cópia simples, devendo a licitante apresentar os originais para conferência do servidor.

8.8 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#))

8.9 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.10 O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.11 A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.12 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#))

8.12.1 complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.12.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.13 Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.14 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

8.15 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

## **9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

9.1 Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 02 (dois) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

9.2 O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez por igual período mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou fornecedor convocado desde que:

- a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- b) a justificativa apresentada seja aceita pela administração.

9.3 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

## 10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

10.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.3. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.4. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.5. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.6. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.7. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.8. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.9. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br).

## 11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

11.1. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

- a) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- b) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- c) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- d) deixar de apresentar amostra;
- e) apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

11.2. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.3. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.3.1. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

11.3.2. fraudar a licitação

11.3.3. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.3.3.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.3.3.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.3.3.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

11.3.4. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

11.3.5. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

11.4. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.4.1. advertência;

11.4.2. multa;

11.4.3. impedimento de licitar e contratar e

11.4.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.5. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.5.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

11.5.2. as peculiaridades do caso concreto

11.5.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

11.5.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

11.5.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.6. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 10 **(dez) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

11.6.1. Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1 e 11.2, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

11.6.2. Para as infrações previstas nos itens 11.3.1, 11.3.2, 11.3.3, 11.3.4 e 11.3.5, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado

11.7. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.8. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.9. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1 e 11.2, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.10. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.3.1, 11.3.2, 11.3.3, 11.3.4 e 11.3.5, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1 e 11.2 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

11.11. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item.

11.12. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.13. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco)

dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.14. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.16. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## 12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento serão realizados por forma eletrônica, *pelos seguintes meios* [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br)

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

12.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## 13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.



13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no endereço eletrônico <https://www.gov.br/pncp/pt-br> e [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br).

13.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

13.11.1. ANEXO I – Termo de Referência

13.11.2. ANEXO III – Minuta de Ata de Registro de Preços

Antas, (BA), 18 de março de 2025.

José Henrique Ferrais Oliveira  
Secretário de Saúde

**ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**  
**Processo Administrativo nº 099/2025**

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

- 1.1. Elaboração de Sistema de Registro de preços para eventual aquisição de material penso e insumo para atender a Secretaria Municipal de Saúde do Município de Antas, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Itens	Descrição	Unidade Medida	Quantidade	V. Unit	V. Total
1	Abaixador de língua	PACOTE COM 100 UNIDADES	90	R\$ 8,95	R\$ 805,50
2	Ácido acético	1 LITRO	25	R\$ 79,00	R\$ 1.975,00
3	Ácido graxo essencial	100 MI	500	R\$ 9,40	R\$ 4.700,00
4	Água deionizada para autoclave	5 LITROS	500	R\$ 18,15	R\$ 9.075,00
5	Água oxigenada 10 vol	1 Litro	60	R\$ 20,21	R\$ 1.212,60
6	Água para injetáveis 10 mL	AMPOLA	900	R\$ 0,57	R\$ 513,00
7	Água para injetáveis 100 mL	FRASCO SISTEMA FECHADO	900	R\$ 9,44	R\$ 8.496,00
8	Agulha descartável 13 x 4,5	CAIXA COM 100 UNIDADES	20	R\$ 12,87	R\$ 257,40
9	Agulha descartável 20 x 5,5	CAIXA COM 100 UNIDADES	20	R\$ 14,29	R\$ 285,80
10	Agulha descartável 25 x 7,0	CAIXA COM 100 UNIDADES	20	R\$ 14,45	R\$ 289,00
11	Agulha descartável 25 x 8,0	CAIXA COM 100 UNIDADES	20	R\$ 12,42	R\$ 248,40
12	Agulha descartável 30 x 7,0	CAIXA COM 100 UNIDADES	20	R\$ 18,58	R\$ 371,60
13	Agulha descartável 30 x 8,0	CAIXA COM 100 UNIDADES	20	R\$ 12,80	R\$ 256,00
14	Agulha descartável 40 x 12,0	CAIXA COM 100 UNIDADES	20	R\$ 12,90	R\$ 258,00
15	Álcool 96%	1 LITRO	60	R\$ 20,00	R\$ 1.200,00
16	Álcool 99%	1 LITRO	90	R\$ 35,77	R\$ 3.219,30
17	Alcool etílico 70%	GEL 1000 mL	1000	R\$ 24,61	R\$ 24.610,00
18	Alcool etílico 70%	SOLUÇÃO 1000 mL	1000	R\$ 10,60	R\$ 10.600,00
19	Algodão hidrófilo	PACOTE COM 500 g	300	R\$ 27,20	R\$ 8.160,00
20	Almotolia plástica âmbar 250 mL	UNIDADE	40	R\$ 9,68	R\$ 387,20
21	Almotolia plástica transparente 250 mL	UNIDADE	40	R\$ 9,36	R\$ 374,40
22	Ambu reanimador adulto	UNIDADE	3	R\$ 447,50	R\$ 1.342,50
23	Ambu reanimador infantil	UNIDADE	3	R\$ 463,33	R\$ 1.389,99
24	Aparelho de pressão adulto, fecho com velcro, com estetoscópio	UNIDADE	35	R\$ 124,35	R\$ 4.352,25
25	Aparelho de pressão digital de braço	UNIDADE	15	R\$ 157,31	R\$ 2.359,65
26	Atadura crepom 10cmX3m	PACOTE COM 12 UNIDADES	900	R\$ 6,47	R\$ 5.823,00



27	Atadura crepom 15cmX3m	PACOTE COM 12 UNIDADES	900	R\$ 9,66	R\$ 8.694,00
28	Atadura crepom 20cmX3m	PACOTE COM 12 UNIDADES	700	R\$ 10,70	R\$ 7.490,00
29	Atadura gessada 10	CAIXA COM 20	10	R\$ 78,56	R\$ 785,60
30	Atadura gessada 15	CAIXA COM 20	10	R\$ 108,30	R\$ 1.083,00
31	Atadura gessada 20	CAIXA COM 20	10	R\$ 171,10	R\$ 1.711,00
32	Avental descartável manga longa	UNIDADE	600	R\$ 39,90	R\$ 23.940,00
33	Bolsa coletora sistema fechado, graduado, 500mL	UNIDADE	600	R\$ 6,80	R\$ 4.080,00
34	Caixa térmica 32 litros	UNIDADE	20	R\$ 375,00	R\$ 7.500,00
35	Capote/avental impermeável, manga longa, com capuz	UNIDADE	400	R\$ 71,92	R\$ 28.768,00
36	Cateter Nasal de Oxigênio adulto	PACOTE COM 100 UNIDADES	50	R\$ 2,59	R\$ 129,50
37	Cloreto de sódio 0,9% 10 mL	FRASCO	200	R\$ 2,84	R\$ 568,00
38	Cloreto de sódio 0,9% 100mL	FRASCO	3000	R\$ 6,46	R\$ 19.380,00
39	Cloreto de sódio 0,9% 250mL	FRASCO	1500	R\$ 7,18	R\$ 10.770,00
40	Cloreto de sódio 0,9% 500mL	FRASCO	4000	R\$ 11,37	R\$ 45.480,00
41	Colar cervical de espuma infantil	UNIDADE	5	R\$ 56,25	R\$ 281,25
42	Colar cervical Grande	UNIDADE	10	R\$ 107,89	R\$ 1.078,90
43	Colar cervical Médio	UNIDADE	10	R\$ 120,00	R\$ 1.200,00
44	Colar cervical Pequeno	UNIDADE	10	R\$ 133,54	R\$ 1.335,40
45	Coletor de material perfuro-cortante 13 litros	CAIXA COM 20	60	R\$ 14,40	R\$ 864,00
46	Coletor de material perfuro-cortante 20 litros	CAIXA COM 10 UNIDADES	60	R\$ 24,60	R\$ 1.476,00
47	Coletor de material perfuro-cortante 3 litros	UNIDADE	30	R\$ 4,03	R\$ 120,90
48	Coletor de material perfuro-cortante 7 litros	CAIXA COM 10 UNIDADES	60	R\$ 3,14	R\$ 188,40
49	Coletor de urina adulto, sistema fechado	UNIDADE	200	R\$ 3,50	R\$ 700,00
50	Coletor de urina infantil sistema fechado	UNIDADE	100	R\$ 3,24	R\$ 324,00
51	Coletor de urina universal transparente	UNIDADE	400	R\$ 0,58	R\$ 232,00
52	Compressa cirurgica (campo operatório) 45x45 cm	PACOTE COM 50 UNIDADES	300	R\$ 117,11	R\$ 35.133,00
53	Compressa de gaze algodoadada 10x15cm	PACOTE	600	R\$ 3,37	R\$ 2.022,00
54	Compressa de gaze hidrófila 7,5cmX7,5cm	PACOTE COM 500 UNIDADES	6000	R\$ 28,20	R\$ 169.200,00
55	Detergente enzimático 1%	5 LITROS	30	R\$ 326,15	R\$ 9.784,50
56	Dispositivo para incontinência urinária masculino tamanho G	UNIDADE	500	R\$ 11,00	R\$ 5.500,00
57	Eletrodo descartável adulto	UNIDADE	100	R\$ 24,81	R\$ 2.481,00
58	Equipo macrogotas com injetor lateral	UNIDADE	600	R\$ 2,45	R\$ 1.470,00
59	Equipo microgotas com injetor lateral	UNIDADE	350	R\$ 2,17	R\$ 759,50
60	Equipo multivias	UNIDADE	500	R\$ 1,79	R\$ 895,00
61	Escova cervical	PACOTE COM 100 UNIDADES	80	R\$ 47,11	R\$ 3.768,80
62	Escova para limpeza de instrumentos cirurgicos	UNIDADE	60	R\$ 9,50	R\$ 570,00
63	Esparadrapo 10cmX4,5cm	UNIDADE	500	R\$ 15,17	R\$ 7.585,00



64	Esparadrapo 5cmX4,5cm	UNIDADE	400	R\$ 13,08	R\$ 5.232,00
65	Esparadrapo micropore 10cmX4,5 cm	UNIDADE	600	R\$ 11,00	R\$ 6.600,00
66	Espátula de ayre	PACOTE COM 100 UNIDADES	70	R\$ 18,62	R\$ 1.303,40
67	Espéculo ginecologico grande	UNIDADE	800	R\$ 3,44	R\$ 2.752,00
68	Espéculo ginecologico médio	UNIDADE	800	R\$ 2,86	R\$ 2.288,00
69	Espéculo ginecologico pequeno	UNIDADE	800	R\$ 2,77	R\$ 2.216,00
70	Extensor para oxigênio	UNIDADE	150	R\$ 7,20	R\$ 1.080,00
71	Fio guia adulto	UNIDADE	2	R\$ 144,10	R\$ 288,20
72	Fio p sutura mononylon 3-0	CAIXA COM 24 UNIDADES	6	R\$ 64,00	R\$ 384,00
73	Fio p sutura mononylon 4-0	CAIXA COM 24 UNIDADES	6	R\$ 52,60	R\$ 315,60
74	Fio p sutura mononylon 5-0	CAIXA COM 24 UNIDADES	6	R\$ 60,67	R\$ 364,02
75	Fio p sutura mononylon 6-0	CAIXA COM 24 UNIDADES	6	R\$ 60,52	R\$ 363,12
76	Fita adesiva hospitalar 19mmX50m	UNIDADE	120	R\$ 7,31	R\$ 877,20
77	Fita adesiva para autoclave 19mmX50m	UNIDADE	60	R\$ 8,99	R\$ 539,40
78	Garrote/torniquete	CAIXA COM 25 UNIDADES	20	R\$ 70,90	R\$ 1.418,00
79	Gel para USG	FRASCO 100 G	30	R\$ 4,06	R\$ 121,80
80	Glicose 25%	AMPOLA	200	R\$ 1,20	R\$ 240,00
81	Glicose 5% 500 ML	FRASCO AMPOLA	200	R\$ 9,29	R\$ 1.858,00
82	Glicose 50%	AMPOLA	200	R\$ 1,20	R\$ 240,00
83	Glutaral 2%	SOLUÇÃO 5L	30	R\$ 219,75	R\$ 6.592,50
84	Gorro descartável com elástico	PACOTE COM 100 UNIDADES	400	R\$ 19,60	R\$ 7.840,00
85	Hidrogel com alginato gel hidratante	UNIDADE	80	R\$ 103,39	R\$ 8.271,20
86	Imobilizador lateral de cabeça	UNIDADE	2	R\$ 256,07	R\$ 512,14
87	Integrador químico para esterelização	PACOTE COM 100 UNIDADES	8	R\$ 12,45	R\$ 99,60
88	Jelco n° 18	CAIXA COM 100 UNIDADES	5	R\$ 100,50	R\$ 502,50
89	Jelco n° 20	CAIXA COM 100 UNIDADES	5	R\$ 108,00	R\$ 540,00
90	Jelco n° 22	CAIXA COM 100 UNIDADES	8	R\$ 109,67	R\$ 877,36
91	Jelco n° 24	CAIXA COM 100 UNIDADES	8	R\$ 157,69	R\$ 1.261,52
92	Lâmina de bisturi n° 11	CAIXA COM 100 UNIDADES	10	R\$ 70,50	R\$ 705,00
93	Lâmina de bisturi n° 15	CAIXA COM 100 UNIDADES	10	R\$ 69,86	R\$ 698,60
94	Lâmina de bisturi n°21	CAIXA COM 100 UNIDADES	10	R\$ 64,25	R\$ 642,50
95	Lâmina de bisturi n°23	CAIXA COM 100 UNIDADES	10	R\$ 63,87	R\$ 638,70
96	Lâmina para microscopia 25x75 com ponta fosca	CAIXA COM 100 UNIDADES	60	R\$ 8,09	R\$ 485,40
97	Lençol descartável 50X50	CAIXA COM 10 UNIDADES	25	R\$ 17,15	R\$ 428,75



98	Lençol descartável 70X50	CAIXA COM 10 UNIDADES	400	R\$ 15,02	R\$ 6.008,00
99	Lençol descartável TNT	CAIXA COM 10 UNIDADES	100	R\$ 55,28	R\$ 5.528,00
100	Lugol 2%	LITRO	10	R\$ 262,00	R\$ 2.620,00
101	Lugol 5%	1 LITRO	30	R\$ 144,97	R\$ 4.349,10
102	Luva de vinil tamanho M	CAIXA	200	R\$ 61,51	R\$ 12.302,00
103	Luva estéril nº 7,5	PAR	250	R\$ 1,07	R\$ 267,50
104	Luva estéril nº 8,0	PAR	200	R\$ 2,84	R\$ 568,00
105	Luva estéril nº 8,5	PAR	200	R\$ 3,68	R\$ 736,00
106	Luva estéril nº7,0	PAR	200	R\$ 2,83	R\$ 566,00
107	Luva para procedimento G	CAIXA	700	R\$ 48,92	R\$ 34.244,00
108	Luva para procedimento M	CAIXA	800	R\$ 55,34	R\$ 44.272,00
109	Luva para procedimento P	CAIXA	800	R\$ 45,01	R\$ 36.008,00
110	Luva para procedimento PP	CAIXA	200	R\$ 44,00	R\$ 8.800,00
111	Mascara descartável c/ elástico	CAIXA COM 50 UNIDADES	400	R\$ 13,27	R\$ 5.308,00
112	Máscara N95	UNIDADE	100	R\$ 4,31	R\$ 431,00
113	Máscara para nebulização adulto	UNIDADE	6	R\$ 31,83	R\$ 190,98
114	Máscara para nebulização infantil	UNIDADE	6	R\$ 36,28	R\$ 217,68
115	Máscara para oxigênio	UNIDADE	10	R\$ 36,00	R\$ 360,00
116	Papel grau cirurgico 10X100mm	UNIDADE	100	R\$ 90,64	R\$ 9.064,00
117	Papel grau cirurgico 20X100 mm	UNIDADE	90	R\$ 151,74	R\$ 13.656,60
118	Papel grau cirurgico 30X100 mm	UNIDADE	45	R\$ 298,45	R\$ 13.430,25
119	Papel grau cirurgico 40X100 mm	UNIDADE	40	R\$ 380,00	R\$ 15.200,00
120	Papel grau cirurgico 50X100mm	UNIDADE	30	R\$ 848,70	R\$ 25.461,00
121	Papel kraft 30 metros	ROLO	5	R\$ 295,12	R\$ 1.475,60
122	Pinça cheron descartável	UNIDADE	250	R\$ 2,90	R\$ 725,00
123	Pinça pozzi cirurgica	UNIDADE	20	R\$ 155,38	R\$ 3.107,60
124	Saco plástico para lixo hospitalar branco leitoso (grande)	UNIDADE	600	R\$ 72,40	R\$ 43.440,00
125	Saco plástico para lixo hospitalar branco leitoso (pequeno)	UNIDADE	600	R\$ 59,78	R\$ 35.868,00
126	Sapatilha descartável (propé)	UNIDADE	400	R\$ 25,91	R\$ 10.364,00
127	Scalp nº19	UNIDADE	200	R\$ 0,52	R\$ 104,00
128	Scalp nº21	UNIDADE	100	R\$ 0,55	R\$ 55,00
129	Scalp nº23	UNIDADE	300	R\$ 0,50	R\$ 150,00
130	Scalp nº25	UNIDADE	100	R\$ 0,74	R\$ 74,00
131	Seringa 10 mL com agulha 25X7	CAIXA COM 100 UNIDADES	60	R\$ 56,81	R\$ 3.408,60
132	Seringa 20 mL com agulha 25X7	CAIXA COM 100 UNIDADES	60	R\$ 67,62	R\$ 4.057,20
133	Seringa 3 mL com agulha 25X7	CAIXA COM 100 UNIDADES	60	R\$ 29,23	R\$ 1.753,80
134	Seringa 5 mL com agulha 25X7	CAIXA COM 100 UNIDADES	50	R\$ 59,75	R\$ 2.987,50
135	Seringa 60 mL com agulha 25X7	CAIXA COM 100 UNIDADES	10	R\$ 200,53	R\$ 2.005,30
136	Solução de manitol 20% (250 mL)	UNIDADE	50	R\$ 17,50	R\$ 875,00
137	Solução glicofisiológica 500 mL	UNIDADE	400	R\$ 9,50	R\$ 3.800,00
138	Solução ringer com lactato 500 mL	UNIDADE	400	R\$ 12,27	R\$ 4.908,00



139	Sonda de aspiração traqueal nº10	UNIDADE	35	R\$ 1,50	R\$ 52,50
140	Sonda de aspiração traqueal nº8	UNIDADE	30	R\$ 1,80	R\$ 54,00
141	Sonda nasogastrica curta nº 10	UNIDADE	30	R\$ 1,50	R\$ 45,00
142	Sonda nasogastrica curta nº 14	UNIDADE	30	R\$ 1,27	R\$ 38,10
143	Sonda nasogastrica curta nº16	UNIDADE	30	R\$ 1,35	R\$ 40,50
144	Sonda nasogastrica curta nº18	UNIDADE	30	R\$ 1,50	R\$ 45,00
145	Sonda nasogastrica longa nº10	UNIDADE	30	R\$ 1,45	R\$ 43,50
146	Sonda nasogastrica longa nº14	UNIDADE	30	R\$ 2,00	R\$ 60,00
147	Sonda nasogastrica longa nº16	UNIDADE	30	R\$ 2,00	R\$ 60,00
148	Sonda nasogastrica longa nº18	UNIDADE	30	R\$ 1,95	R\$ 58,50
149	Sonda uretral nº10	UNIDADE	50	R\$ 1,55	R\$ 77,50
150	Sonda uretral nº12	UNIDADE	1800	R\$ 1,32	R\$ 2.376,00
151	Sonda vesical de alivio nº16	UNIDADE	50	R\$ 3,31	R\$ 165,50
152	Sonda vesical de alivio nº18	UNIDADE	50	R\$ 4,20	R\$ 210,00
153	Sonda vesical de alivio nº20	UNIDADE	50	R\$ 3,60	R\$ 180,00
154	Sonda vesical de demora (foley) nº14, 2 vias, balão 30mL	UNIDADE	50	R\$ 3,50	R\$ 175,00
155	Sonda vesical de demora (foley) nº16, 2 vias, balão 30mL	UNIDADE	150	R\$ 2,61	R\$ 391,50
156	Sonda vesical de demora (foley) nº18, 2 vias, balão 30mL	UNIDADE	200	R\$ 3,00	R\$ 600,00
157	Sonda vesical de demora (foley) nº20, 2 vias, balão 30mL	UNIDADE	100	R\$ 3,21	R\$ 321,00
158	Sonda vesical de demora (foley) nº24, 2 vias, balão 30mL	UNIDADE	200	R\$ 2,48	R\$ 496,00
159	Tábua de reanimação PVC	UNIDADE	2	R\$ 380,00	R\$ 760,00
160	Termômetro clínico digital	UNIDADE	40	R\$ 18,87	R\$ 754,80
161	Termômetro maxima e minima para caixa térmica e geladeira	UNIDADE	20	R\$ 98,42	R\$ 1.968,40
162	Teste biologico para autoclave	UNIDADE	400	R\$ 24,00	R\$ 9.600,00
163	Teste rápido para gravidez	UNIDADE	500	R\$ 2,31	R\$ 1.155,00
164	Toalha de papel 23X23cm	PACOTE COM 1.250 UNIDADES	600	R\$ 19,50	R\$ 11.700,00
165	Torneira descartável 3 vias	UNIDADE	1	R\$ 6,24	R\$ 6,24
166	Tubo endotraqueal n ° 7,0	UNIDADE	1	R\$ 5,74	R\$ 5,74
167	Tubo endotraqueal n ° 3,0	UNIDADE	1	R\$ 5,74	R\$ 5,74
168	Tubo endotraqueal n ° 6,0	UNIDADE	1	R\$ 5,22	R\$ 5,22
169	Tubo endotraqueal n ° 7,5	UNIDADE	1	R\$ 3,77	R\$ 3,77
170	Tubo endotraqueal n ° 8,0	UNIDADE	1	R\$ 5,74	R\$ 5,74
171	Tubo endotraqueal n ° 8,5	UNIDADE	1	R\$ 5,60	R\$ 5,60
172	Tubo endotraqueal n ° 9,0	UNIDADE	1	R\$ 3,30	R\$ 3,30
173	Tubo endotraqueal n°3,5	UNIDADE	1	R\$ 5,74	R\$ 5,74
174	Tubo endotraqueal n°6,5	UNIDADE	1	R\$ 5,22	R\$ 5,22
175	Equipo fotossensível	UNIDADE	500	R\$ 7,93	R\$ 3.965,00
176	Coletor de urina sistema aberto 2L	UNIDADE	1600	R\$ 7,85	R\$ 12.560,00

1.2 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo.



1.3 O prazo de vigência da contratação será **12 (doze) meses**, contados a partir da publicação do extrato na Imprensa Oficial, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

1.4 O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1 A presente contratação está fundamentada no Estudo Técnico Preliminar elaborado pela Secretaria de Saúde do Município de Antas. A presente contratação tem como objetivo a aquisição de materiais de penso para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde, garantindo a continuidade e qualidade dos atendimentos prestados aos pacientes/usuários dos serviços de saúde, que concluiu pela viabilidade da solução aqui licitada, que é a aquisição dos medicamentos.

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A Contratação de empresa para fornecer materiais de penso para atender a Secretaria Municipal de Saúde do Município de Antas, conforme demonstrado acima, foi a única solução viável em decorrência da justificativa que já foi demonstrado. Portanto, a solução a ser adotada, é a aquisição dos materiais de penso, conforme especificado no item 1 deste Estudo Técnico Preliminar.

3.1.2 A aquisição dos materiais de penso objeto do presente Estudo Técnico Preliminar se constitui, no atual cenário, em objeto de frequente aquisição por órgãos públicos, em todas as suas esferas.

3.1.3 Verifica-se a ampla disponibilidade de empresas aptas ao fornecimento dos materiais de penso a serem adquiridos, conforme os requisitos estabelecidos neste documento.

## 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Aquisição dos materiais de penso com as especificações definidas no subitem 1.1 deste TR.

## 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Após a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá solicitar o fornecimento do objeto através de Contrato de Fornecimento ou outro meio, devidamente



acompanhado da Nota de Empenho correspondente ao valor do fornecimento, bem como da Autorização de Fornecimento do Material.

5.2. A entrega do objeto deverá ser efetuada no prazo de até 15 (quinze) dias, contados a partir do recebimento da correspondente Autorização de Fornecimento do Material do empenho correspondente.

5.3. O(s) produto(s) deverão ser entregues na Secretaria de Saúde, localizada na **RUA JOÃO NILO, S/Nº, TÉRREO, CENTRO, ANTAS/BA**, CEP: **48.420-000**, das 08:00 às 13h.

5.4. O contratado terá a responsabilidade de reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, no todo ou em parte, quaisquer materiais citados no preâmbulo deste Edital, se nelas ocorrerem defeitos ou incorreções resultantes do fornecimento, conforme prazos definidos;

5.5. A Secretaria rejeitará, no todo ou em parte, os materiais que estiverem em desacordo com as especificações deste edital e da proposta. É de responsabilidade da Contratada, substituir na execução qualquer material impugnado no prazo máximo de 30 (trinta dias) úteis após o pedido de devolução do objeto.

5.6. O fornecedor deverá entregar os materiais de acordo com as especificações do Edital, sendo que os itens que estiverem em desacordo com o exigido não serão aceitos;

5.7. O fornecedor se responsabilizará pela qualidade dos materiais entregues, especialmente para efeito de substituição imediata, no caso de não atendimento ao solicitado ou por qualquer problema que seja detectado na falha da entrega, com prazo de 30 (trinta) dias após devolução do material.

## MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de

fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

## **6. FISCALIZAÇÃO**

6.1 A gestão será exercida pela servidora a Sra. Maria Carina Matos Castro Clímaco, inscrita no CPF sob nº 047.062.825-19, nomeada através do Decreto nº 008/2025.

6.2 A fiscalização será exercida pela servidora a Sra. Iara Priscilla Gonçalves Santana, inscrita no CPF sob nº 033.093.065-69, nomeada através do Decreto nº 008/2025.

## **CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

### **Recebimento**

6.3. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de até 15 (quinze) dias, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

6.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.5. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material/bem e consequente aceitação mediante termo detalhado.

6.6. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

6.7. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

6.8. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela



Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

6.9. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **Liquidação**

6.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

6.10.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

6.11. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

6.11.1. o prazo de validade;

6.11.2. a data da emissão;

6.11.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

6.11.4. o período respectivo de execução do contrato;

6.11.5. o valor a pagar; e

6.11.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

6.12. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

6.13. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

6.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.15. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.



### **Prazo de pagamento**

6.16. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.

### **Forma de pagamento**

6.17. A contratada deverá emitir o documento fiscal para que a Administração adote os procedimentos necessários para pagamento da despesa, encaminhando as certidões de regularidade fiscal e trabalhista devidamente atualizadas.

6.18. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

6.19. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.20. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.20.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.21. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

6.22. Será desclassificada a proposta que:

- a) conter vícios insanáveis;
- b) não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- c) apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação, se for o caso;
- d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e) apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências do Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.23. Os documentos previstos neste Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

I - jurídica;



II - técnica;

III - fiscal, social e trabalhista;

IV - econômico-financeira.

6.24. A habilitação jurídica será aferida mediante a verificação dos seguintes requisitos:

6.24.1. Registro Comercial, no caso de empresa individual;

6.24.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado ou inscrito, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

6.24.3. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

6.24.4. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

6.25. As habilitações fiscal, social e trabalhista serão aferidas mediante a verificação dos seguintes requisitos:

- a) a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) a inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) a regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- d) a regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- e) a regularidade perante a Justiça do Trabalho;
- f) o cumprimento do disposto no **inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.**

g) Atestado de Capacidade Técnica da Empresa, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a execução satisfatória do objeto da presente licitação, observando-se que tal (is) atestado(s) não seja(m) emitido(s) pela própria empresa ou por empresa do mesmo grupo empresarial. O atestado deverá conter as seguintes informações:

- a) Nome, CNPJ e endereço completo do emitente;
- b) Descrição do produto fornecido ou serviço prestado;
- c) Nome da empresa que prestou(s) o(s) serviço (s);

- d) Data de emissão;
- e) Assinatura e identificação do signatário (nome e cargo ou função que exerce junto à emitente)

f. A habilitação econômico-financeira visa a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, devendo ser comprovada de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos previstos no edital, devidamente justificados no processo licitatório, e será restrita à apresentação da seguinte documentação:

6.25.1. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

6.25.2. Com base nos dados constantes no Balanço Patrimonial, deverá ser feito o cálculo dos seguintes índices, os quais deverão estar devidamente aplicados em memorial de cálculos, e apresentados juntamente com Balanço Patrimonial devidamente assinado por Contador credenciado no Conselho Regional de Contabilidade e pelo titular da empresa ou seu representante legal:

- a) Comprovar o Índice de Liquidez Geral (ILG), igual ou superior a 1,0 (um), obtido a partir de dados do Balanço Anual, através da seguinte fórmula:

$$\text{ILG} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE}}$$

- b) Comprovar o Índice de Liquidez Corrente (ILC), igual ou superior a 1,0 (um), obtido a partir de dados do Balanço anual, através da seguinte fórmula:

$$\text{ILC} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

- c) Comprovar o Grau de Endividamento Geral (GEG), igual ou inferior a 1 (um), obtido a partir de dados do balanço, através da seguinte fórmula:

$$\text{GEG} = \frac{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE}}{\text{ATIVO TOTAL}}$$

- d) Comprovar o Grau de Endividamento Corrente (GEC), igual ou inferior a 1 (um), obtido a partir de dados do balanço, através da seguinte fórmula:

$$\text{GEC} = \frac{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}{\text{PATRIMÔNIO LÍQUIDO} + \text{RESULTADO EXERCÍCIO FUTURO}}$$

6.25.3. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

9.6.4 Justificam-se as exigências acima mencionadas, inicialmente, de modo a se avaliar a real situação financeira das empresas licitantes, com o objetivo de verificar a capacidade de satisfação das obrigações assumidas, além da capacidade de cumprimento dos encargos econômicos decorrentes da contratação, considerado o prazo de duração da mesma.

9.6.5 Com relação aos índices exigidos e respectivos valores, cabe ressaltar tratar-se do mínimo usualmente estabelecido, fixados em patamares que demonstram tanto a liquidez corrente quanto a geral da empresa, além de sua capacidade de solvência, condições essas que asseguram à Administração Municipal a plena execução do objeto contratado.

8.6.6 Nesse sentido, faz-se necessária remissão a jurisprudência do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo em especial os TCs 011286/026/08 e 023220/026/06; bem como Acórdãos do

Tribunal de Contas da União nº 779/2005 – Plenário e nº 354/2016 – TCU – Plenário. Verifica-se, portanto, que a previsão aqui inserida, coaduna-se com o previsto na Lei, com as práticas usuais e com a Jurisprudência emanada dos Tribunais de Contas do Estado e União.

6.26. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia autenticada ou por cópia simples, devendo a licitante apresentar os originais para conferência do servidor.

6.27. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

6.28. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

6.29. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

6.30. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

6.31. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

6.32. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

6.33. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

6.34. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

## ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O valor estimado da contratação foi feito através de pesquisa no Sistema Fonte de Preços que reflete os valores praticados na Administração Pública, conforme demonstrado no subitem 1.1 deste TR.



Governo Municipal  
**ANTAS**  
Nossa terra, nosso orgulho

## ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Prefeitura Municipal de Antas.

Antas/BA, 13 de março de 2025.

Iara Priscilla Gonçalves Santana  
Farmacêutica





**ANEXO III**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTAS**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**  
N.º XXX/2025

A Prefeitura Municipal de Antas, através do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, inscrita no CNPJ nº **11.454.934/0001-10**, situada a **RUA JOÃO NILO, S/Nº, TÉRREO, CENTRO, ANTAS/BA, CEP: 48.420-000**, neste ato representado(a) pelo(a) Prefeito Municipal o Sr. Manoel Sidônio Nascimento Nilo, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 005/2025, publicada no ..... de ...../...../202....., processo administrativo n.º 099/2025, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 009, de 02 de fevereiro de 2024, e em conformidade com as disposições a seguir:

**1. DO OBJETO**

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para eventual aquisição de material penso e insumo para atender a Secretaria Municipal de Saúde do Município de Antas, especificado(s) no(s) item(ns) Termo de Referência, anexo ..... do edital de Licitação nº 005/2025, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

**2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)					
	Especificação	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Valor Un
1	Abaixador de língua			PACOTE COM 100 UNIDADES	90	
2	Ácido acético			1 LITRO	25	
3	Ácido graxo essencial			100 MI	500	
4	Água deionizada para autoclave			5 LITROS	500	



5	Água oxigenada 10 vol			1 Litro	60	
6	Água para injetáveis 10 mL			AMPOLA	900	
7	Água para injetáveis 100 mL			FRASCO SISTEMA FECHADO	900	
8	Agulha descartável 13 x 4,5			CAIXA COM 100 UNIDADES	20	
9	Agulha descartável 20 x 5,5			CAIXA COM 100 UNIDADES	20	
10	Agulha descartável 25 x 7,0			CAIXA COM 100 UNIDADES	20	
11	Agulha descartável 25 x 8,0			CAIXA COM 100 UNIDADES	20	
12	Agulha descartável 30 x 7,0			CAIXA COM 100 UNIDADES	20	
13	Agulha descartável 30 x 8,0			CAIXA COM 100 UNIDADES	20	
14	Agulha descartável 40 x 12,0			CAIXA COM 100 UNIDADES	20	
15	Álcool 96%			1 LITRO	60	
16	Álcool 99%			1 LITRO	90	
17	Alcool etílico 70%			GEL 1000 mL	1000	
18	Alcool etílico 70%			SOLUÇÃO 1000 mL	1000	
19	Algodão hidrófilo			PACOTE COM 500 g	300	
20	Almotolia plástica âmbar 250 mL			UNIDADE	40	
21	Almotolia plástica transparente 250 mL			UNIDADE	40	
22	Ambu reanimador adulto			UNIDADE	3	
23	Ambu reanimador infantil			UNIDADE	3	
24	Aparelho de pressão adulto, fecho com velcro, com estetoscópio			UNIDADE	35	
25	Aparelho de pressão digital de braço			UNIDADE	15	
26	Atadura crepom 10cmX3m			PACOTE COM 12 UNIDADES	900	
27	Atadura crepom 15cmX3m			PACOTE COM 12 UNIDADES	900	
28	Atadura crepom 20cmX3m			PACOTE COM 12 UNIDADES	700	
29	Atadura gessada 10			CAIXA COM 20	10	
30	Atadura gessada 15			CAIXA COM 20	10	



31	Atadura gessada 20			CAIXA COM 20	10	
32	Avental descartável manga longa			UNIDADE	600	
33	Bolsa coletora sistema fechado, graduado, 500mL			UNIDADE	600	
34	Caixa térmica 32 litros			UNIDADE	20	
35	Capote/avental impermeável, manga longa, com capuz			UNIDADE	400	
36	Cateter Nasal de Oxigênio adulto			PACOTE COM 100 UNIDADES	50	
37	Cloreto de sódio 0,9% 10 mL			FRASCO	200	
38	Cloreto de sódio 0,9% 100mL			FRASCO	3000	
39	Cloreto de sódio 0,9% 250mL			FRASCO	1500	
40	Cloreto de sódio 0,9% 500mL			FRASCO	4000	
41	Colar cervical de espuma infantil			UNIDADE	5	
42	Colar cervical Grande			UNIDADE	10	
43	Colar cervical Médio			UNIDADE	10	
44	Colar cervical Pequeno			UNIDADE	10	
45	Coletor de material perfuro-cortante 13 litros			CAIXA COM 20	60	
46	Coletor de material perfuro-cortante 20 litros			CAIXA COM 10 UNIDADES	60	
47	Coletor de material perfuro-cortante 3 litros			UNIDADE	30	
48	Coletor de material perfuro-cortante 7 litros			CAIXA COM 10 UNIDADES	60	
49	Coletor de urina adulto, sistema fechado			UNIDADE	200	
50	Coletor de urina infantil sistema fechado			UNIDADE	100	
51	Coletor de urina universal transparente			UNIDADE	400	
52	Compressa cirurgica (campo operatório) 45x45 cm			PACOTE COM 50 UNIDADES	300	
53	Compressa de gaze algodoadada 10x15cm			PACOTE	600	
54	Compressa de gaze hidrófila 7,5cmX7,5cm			PACOTE COM 500 UNIDADES	6000	
55	Detergente enzimático 1%			5 LITROS	30	
56	Dispositivo para incontinência urinária masculino tamanho G			UNIDADE	500	
57	Eletrodo descartável adulto			UNIDADE	100	
58	Equipo macrogotas com injetor lateral			UNIDADE	600	
59	Equipo microgotas com injetor lateral			UNIDADE	350	
60	Equipo multivias			UNIDADE	500	



61	Escova cervical			PACOTE COM 100 UNIDADES	80	
62	Escova para limpeza de instrumentos cirurgicos			UNIDADE	60	
63	Esparadrapo 10cmX4,5cm			UNIDADE	500	
64	Esparadrapo 5cmX4,5cm			UNIDADE	400	
65	Esparadrapo micropore 10cmX4,5 cm			UNIDADE	600	
66	Espátula de ayre			PACOTE COM 100 UNIDADES	70	
67	Espéculo ginecologico grande			UNIDADE	800	
68	Espéculo ginecologico médio			UNIDADE	800	
69	Espéculo ginecologico pequeno			UNIDADE	800	
70	Extensor para oxigênio			UNIDADE	150	
71	Fio guia adulto			UNIDADE	2	
72	Fio p sutura mononylon 3-0			CAIXA COM 24 UNIDADES	6	
73	Fio p sutura mononylon 4-0			CAIXA COM 24 UNIDADES	6	
74	Fio p sutura mononylon 5-0			CAIXA COM 24 UNIDADES	6	
75	Fio p sutura mononylon 6-0			CAIXA COM 24 UNIDADES	6	
76	Fita adesiva hospitalar 19mmX50m			UNIDADE	120	
77	Fita adesiva para autoclave 19mmX50m			UNIDADE	60	
78	Garrote/torniquete			CAIXA COM 25 UNIDADES	20	
79	Gel para USG			FRASCO 100 G	30	
80	Glicose 25%			AMPOLA	200	
81	Glicose 5% 500 ML			FRASCO AMPOLA	200	
82	Glicose 50%			AMPOLA	200	
83	Glutaral 2%			SOLUÇÃO 5L	30	
84	Gorro descartável com elástico			PACOTE COM 100 UNIDADES	400	
85	Hidrogel com alginato gel hidratante			UNIDADE	80	
86	Imobilizador lateral de cabeça			UNIDADE	2	
87	Integrador quimico para esterelização			PACOTE COM 100 UNIDADES	8	
88	Jelco n° 18			CAIXA COM 100 UNIDADES	5	



89	Jelco nº 20			CAIXA COM 100 UNIDADES	5	
90	Jelco nº 22			CAIXA COM 100 UNIDADES	8	
91	Jelco nº 24			CAIXA COM 100 UNIDADES	8	
92	Lâmina de bisturi nº 11			CAIXA COM 100 UNIDADES	10	
93	Lâmina de bisturi nº 15			CAIXA COM 100 UNIDADES	10	
94	Lâmina de bisturi nº21			CAIXA COM 100 UNIDADES	10	
95	Lâmina de bisturi nº23			CAIXA COM 100 UNIDADES	10	
96	Lâmina para microscopia 25x75 com ponta fosca			CAIXA COM 100 UNIDADES	60	
97	Lençol descartável 50X50			CAIXA COM 10 UNIDADES	25	
98	Lençol descartável 70X50			CAIXA COM 10 UNIDADES	400	
99	Lençol descartável TNT			CAIXA COM 10 UNIDADES	100	
100	Lugol 2%			LITRO	10	
101	Lugol 5%			1 LITRO	30	
102	Luva de vinil tamanho M			CAIXA	200	
103	Luva estéril nº 7,5			PAR	250	
104	Luva estéril nº 8,0			PAR	200	
105	Luva estéril nº 8,5			PAR	200	
106	Luva estéril nº7,0			PAR	200	
107	Luva para procedimento G			CAIXA	700	
108	Luva para procedimento M			CAIXA	800	
109	Luva para procedimento P			CAIXA	800	
110	Luva para procedimento PP			CAIXA	200	
111	Mascara descartável c/ elástico			CAIXA COM 50 UNIDADES	400	
112	Máscara N95			UNIDADE	100	
113	Máscara para nebulização adulto			UNIDADE	6	
114	Máscara para nebulização infantil			UNIDADE	6	



115	Máscara para oxigênio			UNIDADE	10	
116	Papel grau cirurgico 10X100mm			UNIDADE	100	
117	Papel grau cirurgico 20X100 mm			UNIDADE	90	
118	Papel grau cirurgico 30X100 mm			UNIDADE	45	
119	Papel grau cirurgico 40X100 mm			UNIDADE	40	
120	Papel grau cirurgico 50X100mm			UNIDADE	30	
121	Papel kraft 30 metros			ROLO	5	
122	Pinça cheron descartável			UNIDADE	250	
123	Pinça pozzi cirurgica			UNIDADE	20	
124	Saco plástico para lixo hospitalar branco leitoso (grande)			UNIDADE	600	
125	Saco plástico para lixo hospitalar branco leitoso (pequeno)			UNIDADE	600	
126	Sapatilha descartável (propé)			UNIDADE	400	
127	Scalp n°19			UNIDADE	200	
128	Scalp n°21			UNIDADE	100	
129	Scalp n°23			UNIDADE	300	
130	Scalp n°25			UNIDADE	100	
131	Seringa 10 mL com agulha 25X7			CAIXA COM 100 UNIDADES	60	
132	Seringa 20 mL com agulha 25X7			CAIXA COM 100 UNIDADES	60	
133	Seringa 3 mL com agulha 25X7			CAIXA COM 100 UNIDADES	60	
134	Seringa 5 mL com agulha 25X7			CAIXA COM 100 UNIDADES	50	
135	Seringa 60 mL com agulha 25X7			CAIXA COM 100 UNIDADES	10	
136	Solução de manitol 20% (250 mL)			UNIDADE	50	
137	Solução glicofisiológica 500 mL			UNIDADE	400	
138	Solução ringer com lactato 500 mL			UNIDADE	400	
139	Sonda de aspiração traqueal n°10			UNIDADE	35	
140	Sonda de aspiração traqueal n°8			UNIDADE	30	
141	Sonda nasogastrica curta n° 10			UNIDADE	30	
142	Sonda nasogastrica curta n° 14			UNIDADE	30	
143	Sonda nasogastrica curta n°16			UNIDADE	30	



144	Sonda nasogastrica curta n°18			UNIDADE	30	
145	Sonda nasogastrica longa n°10			UNIDADE	30	
146	Sonda nasogastrica longa n°14			UNIDADE	30	
147	Sonda nasogastrica longa n°16			UNIDADE	30	
148	Sonda nasogastrica longa n°18			UNIDADE	30	
149	Sonda uretral n°10			UNIDADE	50	
150	Sonda uretral n°12			UNIDADE	1800	
151	Sonda vesical de alivio n°16			UNIDADE	50	
152	Sonda vesical de alivio n°18			UNIDADE	50	
153	Sonda vesical de alivio n°20			UNIDADE	50	
154	Sonda vesical de demora (foley) n°14, 2 vias, balão 30mL			UNIDADE	50	
155	Sonda vesical de demora (foley) n°16, 2 vias, balão 30mL			UNIDADE	150	
156	Sonda vesical de demora (foley)n°18, 2 vias, balão 30mL			UNIDADE	200	
157	Sonda vesical de demora (foley)n°20, 2 vias, balão 30mL			UNIDADE	100	
158	Sonda vesical de demora (foley)n°24, 2 vias, balão 30mL			UNIDADE	200	
159	Tábua de reanimação PVC			UNIDADE	2	
160	Termômetro clínico digital			UNIDADE	40	
161	Termômetro maxima e minima para caixa térmica e geladeira			UNIDADE	20	
162	Teste biologico para autoclave			UNIDADE	400	
163	Teste rápido para gravidez			UNIDADE	500	
164	Toalha de papel 23X23cm			PACOTE COM 1.250 UNIDADES	600	
165	Torneira descartável 3 vias			UNIDADE	1	
166	Tubo endotraqueal n ° 7,0			UNIDADE	1	
167	Tubo endotraqueal n° 3,0			UNIDADE	1	
168	Tubo endotraqueal n° 6,0			UNIDADE	1	
169	Tubo endotraqueal n° 7,5			UNIDADE	1	
170	Tubo endotraqueal n° 8,0			UNIDADE	1	
171	Tubo endotraqueal n° 8,5			UNIDADE	1	
172	Tubo endotraqueal n° 9,0			UNIDADE	1	
173	Tubo endotraqueal n°3,5			UNIDADE	1	
174	Tubo endotraqueal n°6,5			UNIDADE	1	
175	Equipo fotossensível			UNIDADE	500	



176	Coletor de urina sistema aberto 2L			UNIDADE	1600	
-----	------------------------------------	--	--	---------	------	--

### 3. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será a Secretaria Municipal de Saúde.

3.2. Além do gerenciador, são órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

<i>Itens nº</i>	<i>Órgãos Participantes</i>	<i>Unidade</i>	<i>Quantidade</i>
<i>01 ao 176</i>	<i>Secretaria de Saúde</i>	<i>Und</i>	<i>Todos</i>

### 4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços, decorrente desta licitação.

4.2. *Vedação a acréscimo de quantitativos.*

4.2.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

### 5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

- 5.4.1.1. Aceitem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
- 5.4.1.2. Mantiverem sua proposta original.
- 5.4.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
- 5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
- 5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.1.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital*; e
- 5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
- 5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no Diário Oficial do Município e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
- 5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
- 5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
- 5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital*, poderá:
- 5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

## **6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## **7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem

a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no Decreto nº 009, de 2024

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

## **9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no Decreto nº 009, de 2024; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou



9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

## 10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas *no edital*.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (Decreto nº 009, de 2024), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (Decreto nº 009, de 2024).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

## 11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e *encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver)*.

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s)  
registrado(s)



ANEXO  
Cadastro Reserva

Segundo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor ( <i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i> )							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

Segundo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor ( <i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i> )							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade